

CONS.º FRANCISCO ANTÓNIO DA VEIGA BEIRÃO

por Th. de Malta Jotta
Bibliotecário da Ordem

Desentranha-se hoje da respectiva pasta — no seguimento das já aqui reproduzidas — a resposta do cons.º Veiga Beirão ao inquérito feito, em 1893, pela Associação dos Advogados de Lisboa e destinado à Exposição de Trabalhos Jurídicos do Rio de Janeiro, desse mesmo ano.

Recorda-se que as anteriores, subscritas pelos drs. Cunha e Costa, Cândido de Figueiredo e José Dias Ferreira, foram publicadas, respectivamente, nos anos 23, 27 e 28 desta *Revista*, todas acompanhadas pelas breves referências que fácil se tornou extrair de documentos autógrafos tão preciosos.

Desta feita, porém, não caberia nos acanhados limites desta secção a biografia pormenorizada do destacado vulto cuja sombra se projecta, com impressivo contorno, sobre a vida portuguesa nos últimos decénios desse tão exaltado como malsinado século XIX.

E isto — é geralmente sabido — porque muitas foram as actividades em que se exerceu e em que ficou marcada, sempre com igual relevo, a pluralidade dos seus dotes.

Foi — sem qualquer preocupação, agora, cronológica ou gradativa — homem público prestigioso, professor emérito com a devoção da sua cátedra, publicista operoso nas múltiplas modalidades da comunicação escrita e juriconsulto dos maiores, autoridade máxima no direito comercial, de cuja autonomia, na

esteira (ou na coincidência?) de tantos autores ilustres, se mostrou sempre o adepto inconvertível.

A política, essa, exerceu-a com intocável autoridade e acção preponderante — quer nas Câmaras, onde a sua voz nunca deixou de ser escutada, mesmo no auge daquelas refregas que, de tão frequentes, dir-se-ia constituírem regra obrigatória do regimento da casa; quer nas cadeiras do Poder, por algumas das quais transitou (duas vezes como ministro da Justiça e uma outra como ministro dos Negócios Estrangeiros) até chegar à chefia do Governo, mas já quando todos os agoiros prediziam a queda da Monarquia, tocada que seria pouco depois, com efeito, por fatal colapso.

Toda a sua intervenção nestes departamentos foi invariavelmente norteada pelos melhores propósitos de bem servir. E, se alguns deles não chegaram a traduzir-se em benéficas realizações, tais malogros não foram da sua responsabilidade, mas sim do ambiente de baixa pressão que se vivia, em que tudo era instável e confuso e onde faltavam — e não apareciam — as pedras influentes, que fossem de decisiva colocação no baralhado tabuleiro político daquela época conturbada.

No seu ideário (como poucos o teve e a ele permaneceu intransitòriamente fiel) estavam inscritas directrizes que eram, decerto, as mais nobilitantes. Nada tinham elas de comum com os programas de campanário em que foi fértil a política desses dias, provindos, todos eles, de corrilhos efémeros, intrigantes e oportunistas, para os quais as mentiras que proclamavam eram as únicas verdades e por isso não logravam quaisquer frágeis raízes na opinião do País, já então terrivelmente descrente.

Como parlamentar, foi também notável o timbre da sua oratória — isto, num hemicírculo onde, aliás, outras vozes magníficas desprendiam o largo vôo da sua elocução. Desde a sua estreia, foi evidente estar-se na presença de um orador de raça, que refugia às hipnosés gregárias dos tribunais para se situar naquele comedido equilíbrio em que às destrezas e habilidades do político profissional se aliavam sem esforço as mais sérias preocupações de espírito.

Porque este activo militante era, simultâneamente, um homem culto, que possuía na sua livraria os melhores clássicos e modernos, que tratava com os filósofos de todas as escolas e os moralistas de todas as seitas e que no suave convívio dos seus poetas mais amados, na harmoniosa cadência das suas estâncias, invariavelmente encontrava o alento que bem preciso lhe era para os rudes combates da vida pública. Existe, a respeito desta sua devoção pela leitura, o enternecido depoimento de um seu familiar, que Raul Brandão, por achar esclarecedor, entendeu transladar para o 1.º volume das suas algumas vezes pouco exactas mas sempre maravilhosas *Memórias* (*).

Custa a admitir que um homem assim íntegro, de tão elegante discreção no porte, dotado de uma generosidade e de uma

(*) É o seguinte o texto de Raul Brandão:

«O velho obstinado teima... Não lhe falem na sucessão! Ainda noutro dia fez uma scena, quando a D. Maria Emília lhe leu o artigo das *Novidades*. Um amigo disse-lhe: — Deixe lá o Sebastião Teles ou o Alpoim ser presidente do conselho. — Essa hipótese não a admito eu! — protestou logo. O Hintze está gasto, o João Franco foi acolhido no norte como um Messias. O Beirão fez um discurso nas Câmaras — talvez proposital — dizendo que cortaria nos empregos públicos e que não admitia direitos adquiridos senão dentro da lei. — Ele quer inutilizar-se... — É um tipo esgalgado, de astrónomo, com uma grande penca — o nariz do Beirão — motivo fácil de caricatura. Homem de costumes simples, alheado e indiferente a corrilhos, agarrado aos seus livros.»

Em nota, escreve Raul Brandão:

«Um dos seus sobrinhos escreveu um artigo interessante, do qual extracto os seguintes períodos:

“No seu espírito flutuava uma bondade inata que se traduzia por uma profunda afabilidade na vida íntima e por uma indulgência estranha no julgamento dos homens. Jamais acreditou em malévolas intenções e nunca da sua boca safu uma insinuação maliciosa. Confiava sempre na bondade dos outros, não hesitando, nos momentos de agitação popular, em atravessar serenamente as ruas da capital revoltada, como succedeu em 5 de Outubro e 14 de Maio. E quando a família, naturalmente recosa, lhe solicitava para não sair, respondia sempre com toda a tranquillidade: «a mim ninguém me faz mal, pois eu nunca fiz mal a ninguém».

“As suas férias passava-as a estudar. Ora meditava trabalhos de jurisprudência, ora, para descansar, apreciava as mais belas obras de literatura. Dotado duma memória privilegiada, sabia de cor longos trechos de versos, e até nos últimos horríveis momentos da sua existência, arquejando no leito de dor, ora recomendava pontos importantes dos processos que trazia entre mãos, ora citava frases de grandes poetas e filósofos referentes à hora suprema que rapidamente se aproximava. E quando a noite caía, tudo envolvendo no seu manto de tristeza, era com uma ansiedade estranha que esperava, na longa vigília dolorosa, a chegada do sol radiante. E foi com uma precisão rara que previu a hora da sua morte. Mais três dias, mais dois dias e tudo estará acabado. E, de facto, assim succedeu!

“Apaixonava-o o estudo da astronomia, e nos últimos tempos antes de morrer, a pesar da sua avançada idade de 75 anos, vergado sobre obras da especialidade e, nas horas silenciosas das serenas noites de verão, passeando na sua quinta das Covas, ou encostado às amplas janelas da sua biblioteca, que tanto amava, reconhecia uma a uma as constelações e descobria, entre os inúmeros astros que recamavam o firmamento, aqueles que os seus autores haviam indicado.”

Obras completas, I.: *Memórias*, Volume primeiro, ed. «Jornal do Fêro», p. 97.

tolerância que eram as dominantes do seu rico complexo humano, toda a sua vida tivesse sido pasto predilecto do traço grosso das caricaturas e do vezo chocarreiro das gazetilhas, ainda quando rimadas estas em versos de pé quebrado.

Mas, reflectindo melhor, este era já, entre tantos, um dos sinais — o aviso precursor — de que certas profecias não tardariam a cumprir-se. E, mais: de que toda aquela aparente frivolidade (gozavam-se, por toda a Europa, as primeiras delícias capitosas da *Belle Époque*, ao embalo e por entre a chama lilás das valsas de salão) difficilmente podia toldar ou iludir o pressentimento das tempestades que se formavam e tudo iriam subverter na sua fúria devastadora.

Sentia-se, por toda a parte, o declínio — a falência próxima — de uma sociedade só exteriormente *bien rangée*, mas esquecida dos problemas angustiantes do seu tempo e entregue às doces folias de um Carnaval dilatado, que vinha já marcado, porém, pela admonição penitencial das Cinzas...

Pois que significavam, se não isto mesmo, a degradação de Dreyfus a troco de documentos ignòbilmente forjados, a latente ameaça bélica da Prússia de Bismarck, a réplica corajosa dos pequenos «boers» à Inglaterra, que conhecia assim o primeiro rombo na solidez do seu vasto empório vitoriano?

Mas, voltando ao illustre biografado de hoje. Folheiem-se as gazetas humorísticas da época (que eram aos cardumes e tinham um público numeroso e fiel) e em centenas das suas páginas reponta, nas mais cómicas posturas e deformado até ao exagero, certo traço fisionómico, o seu perfil alongado e taciturno. É que a veia irreverente do grande Rafael Bordalo tomara à sua conta o nariz — que o tinha, na verdade, de estranhas proporções — e dele tirava efeitos que iam provocar no vulgo a geral hilaridade. Nariz volumosíssimo, que sugeria uma superfetação morfológica e trazia à lembrança o que se sabe, *si vera est fama*, do austero Catão, que em dia de saturnais aparecia no Senado afivelando sobre a sua uma majestosa cartilagem postiça.

O advento da República, que catastroficamente affectou tantos próceres do regime deposto, em nada alterou o curso sereno da sua vida, sempre comandada pelos ditames de um coração

bondosíssimo e pelas exigências e predilecções de um espírito que era, na verdade e por muitas razões, um espírito de eleição. Arrumou (não sem um melancólico afago) a luzida farda do protocolo, acomodou na chapeleira o bicornio emplumado das grandes galas saudosas — e, calmo, com perfeita dignidade de coerência, sem que dos seus lábios se soltasse uma queixa ou um agravo, reverteu às suas ocupações de estudioso, que só as sereias da política, no bruxo apelo dos seus cantos, tinham tido a força bastante para interromper. E acolheu-se — agora definitivamente e mais rico de experiência — à sombra tutelar da velha Associação dos Advogados de Lisboa, onde tantas horas de aprazimento já conhecera e onde marcara, entre os seus pares, uma posição de privilégio que tão fácil — e tão grato — lhe era, afinal, reconquistar.

Está ainda por escrever a memória dessa prestigiosa corporação, aos destinos da qual tantas vezes presidiu e cuja existência de quase um século marca uma efeméride alta (porventura a mais alta) na história da Advocacia portuguesa de sempre.

Ali dentro, em tão propício ambiente — reduto sempre calmo à margem de um clima exterior sempre convulso — fechou ele, com honra e lustre, o fecundo ciclo da sua actividade como jurista e advogado dos maiores. Os seis anos que lhe restava viver foram, deste modo, o complemento de um labor que não conheceu nunca qualquer quebra e que no fracasso de uns encontrava sempre energias novas para novos e mais esforçados cometimentos. Morreu em 1916, de bem com a sua consciência mas duvidoso dos destinos do mundo que deixava, pois já por todo ele, em desenfreado tropel, cavalgavam sinistramente, semeando o luto e a morte, as quatro bêstas do Apocalipse.

Mas, antes disso — ao longo da sua existência —, ficara o País a dever-lhe, entre outros inestimáveis serviços, o notável projecto que veio a converter-se, quando ocupava a pasta da Justiça, no Código Comercial ainda hoje vigente na sua sólida estrutura. E um outro acarinhou — e apresentou, mesmo — sobre a Organização Judiciária, que marcava pela justeza dos seus conceitos e não chegou a converter-se em lei somente pelos desvairros, tricas e emulações da luta partidária daqueles anos, que

era, na sua sanha sectária, uma autêntica luta de cristas.

Escaparia ao crivo mais miudo a enumeração completa de quantos trabalhos, ao longo da vida, publicou: monografias que eram a *mise au point* dos temas nelas versados; ensaios doutrinários ou simples artigos de jornal mas que como tal contavam; orações académicas e de comemorações (é este, justamente, o título de uma das suas obras) ainda agora isentas do bafio de qualquer anacronismo, tão unas, sem uma adulteração ou um remendo, no seu tecido verbal; arrazoados forenses sobre variados e complicados pleitos e que, pela autoridade de que se revestiam, conduziam quase sempre ao julgamento mais justo e correcto da contenda.

Era natural que a fama de tão alta competência se alongasse e firmasse além fronteiras. E assim aconteceu, de facto, pois o seu nome cedo aparece como sócio efectivo das mais reputadas academias jurídicas europeias — entre outras, o Institut de Droit International, de Paris, e a Real Academia de Jurisprudencia y Legislación, de Madrid. Representou, além disso, Portugal em vários congressos de nomeada e foi-lhe conferido o grau de *laws doctor* pela Universidade de Edimburgo — galardão este dado pela primeira vez a um compatriota nosso e quando ele se não tornara ainda a moeda de curso quase corriqueiro no acolhimento agora dispensado, universalmente, aos figurões políticos e financeiros de todas as procedências.

Por último, uma nota que no seu registo não é das menos significativas e credoras de gratidão: foi Veiga Beirão um dos que, como ministro e parlamentar (os outros foram os drs. Luis Mesquita de Carvalho, Álvaro de Castro e António de Abranches Ferrão) propuzeram a criação da Ordem dos Advogados, que só mais tarde e em circunstâncias (e moldes não sei se diferentes) viria a converter-se na realidade que hoje é.

Por tal motivo, no salão nobre desta instituição, ao lado de um belo medalhão em mármore (do cinzel, suponho eu, de Costa Motta) está colocada uma lápide onde indelévelmente se inscrevem o seu e os nomes dos três outros ilustres proponentes.

E é esta, que se saiba — a par da designação dos seus dois apelidos para uma das escolas técnicas de que ele foi o incan-

sável propugnador — a única homenagem visível a quem tanto amou o seu País e o serviu tão desinteressadamente e com tão perfeita lealdade. Porque ignoro (e não tenho agora meio de esclarecer a minha ignorância) se eles figuram também na assás variedade e divertida toponímia lisboeta, apropriadamente baptizando (sem o risco de serem algum dia riscados) qualquer seu escuro ou rasgado arruamento....